

Os *frames* nas páginas de um jornal diário: a *Gazeta do Povo* e a luta pela terra no estado do Paraná

Frames on the pages of a daily newspaper: *Gazeta do Povo* and the struggle for land in the state of Paraná

Diego Antonelli¹
diego-antonelli@bol.com.br

Carla Candida Rizzotto¹
carla_rizzotto@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo comparar o enquadramento jornalístico da *Gazeta do Povo* na cobertura de três conflitos registrados no Paraná que têm como ponto em comum a luta pela terra: Guerrilha de Porecatu (1947-1951), Levante dos Posseiros de 1957 e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (década de 1990). A metodologia utilizada para alcançar tal objetivo é a do enquadramento noticioso, utilizando os *frames* genéricos, tais como propostos por Semetko e Valkenburg (2000) e Iyengar (1991), a fim de observar e problematizar técnicas e estratégias adotadas pelo referido meio de comunicação. Os resultados apontam que a cobertura noticiosa do jornal sofreu pouca alteração ao longo das quatro décadas que separam a Guerrilha de Porecatu e o MST, privilegiando o enquadramento episódico (Iyengar, 1991) e de conflito (Semetko e Valkenburg, 2000).

Palavras-chave: enquadramento, luta pela terra, *Gazeta do Povo*.

Introdução

Durante a década de 1990 o Brasil testemunhou dois grandes massacres de trabalhadores rurais integrantes

ABSTRACT

This research aims at comparing the journalistic framework of the *Gazeta do Povo* in the coverage of three conflicts recorded in Paraná (Brazil) that have as a common point the struggle for land: Guerrilla de Porecatu (1947-1951), Rise of the Squatters of 1957 and the Landless Rural Workers' Movement (1990s). The methodology used to achieve this objective is that of the news framework, using the generic frames as proposed by Semetko and Valkenburg (2000) and Iyengar (1991), in order to observe and problematize techniques and strategies adopted by the said communication vehicle. The results indicate that the journal's news coverage has changed little over the four decades separating the Guerrilla de Porecatu and the Landless Rural Workers' Movement, favoring episodic (Iyengar, 1991) and conflict (Semetko and Valkenburg, 2000) frames.

Keywords: framework, struggle for land, *Gazeta do Povo*.

do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o de Corumbiara (1995), em Rondônia, e o de Eldorado dos Carajás (1996), no Pará. No Paraná, estado no qual o MST foi criado, 16 integrantes do movimento foram

¹ Universidade Federal do Paraná. Rua Bom Jesus, 650, Juvevê, 80035-010, Curitiba, PR, Brasil.

assassinados entre os anos de 1995 e 2002, sendo oito somente no ano de 1998 (Comissão Pastoral da Terra, s.d.). Tais conflitos envolvendo integrantes do MST não foram os primeiros conflitos por terra ocorridos no estado do Paraná a receberem atenção nacional. Entre 1948 e 1951 aconteceu a Guerrilha de Porecatu, poucos anos depois teve lugar o Levante de 1957.

A Guerrilha do Porecatu começou com uma política de povoamento de 120 mil hectares de terras devolutas na região de Porecatu, Jaguapitã e Centenário do Sul, no norte do Paraná, que resultou em uma corrida desordenada ao quase desconhecido sertão paranaense no início da década de 1940. Muitos grileiros se aproveitaram da situação e, por meio de jagunços e pistoleiros, expulsaram e tomaram as terras dos posseiros, fato que motivou uma organização dos posseiros em favor de suas terras. A situação se agravou durante o mandato de Moisés Lupion como governador do estado a partir do ano de 1947. Ele distribuiu terras ocupadas pelos posseiros a empresários e parceiros políticos, transformando a colonização na região em um verdadeiro balcão de negócios.

O Levante de 1957, que ocorreu na região Sudoeste do Paraná, possui história semelhante. Companhias de terra forçaram os posseiros que moravam na região a comprar os lotes em que já residiam. Assim como na Guerrilha de Porecatu, jagunços contratados pelas companhias de terra transformaram a região em um palco de violência. O próprio governador Lupion, que na ocasião exercia seu segundo mandato, era acusado de ser dono de uma companhia de terras, a Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (Citla). Em outubro de 1957 os posseiros se rebelaram e realizaram diversos levantes para expulsar os grileiros e jagunços da região.

A imprensa, sabe-se, colabora para a construção histórica e simbólica dos movimentos sociais, que, segundo Bem (2006, p. 1138), traduzem um permanente movimento de forças sociais, que permite “identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses [...] expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades”. A relação entre a imprensa e os movimentos sociais de luta pela terra vem sendo abordada por pesquisas científicas que buscam investigar o conteúdo social, político, econômico e ideológico das representações midiáticas. Guareschi *et al.* (2000) identificaram a associação de elementos de desqualificação aos membros do MST em um programa matinal da Rádio Gaúcha da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), transformando a “ocupação” em “invasão”, acepção que mais se aproxima da violência e delinquência. Mendonça

(2005) chegou a conclusões semelhantes ao analisar artigos publicados pelos principais jornais impressos do país no ano de 1999, sua análise apontou para a qualificação dos membros do movimento enquanto guerrilheiros, dos policiais enquanto defensores da ordem e do governo enquanto agente negociador. Souza (2004), em análise de 32 reportagens da revista *Veja*, apontou um discurso não uniforme, que variou entre o silêncio, a satanização, a cooptação e a tentativa de divisão. Gonçalves (2008) focou sua análise em outra revista semanal de circulação nacional, a *Isto É*, tendo concluído que o veículo associou a ação do movimento ao terrorismo, à promoção da violência e à divisão do movimento.

Aldé e Lattman-Weltman (2006) utilizaram a análise de enquadramento em pesquisa comparativa acerca da cobertura midiática do MST pelo *Jornal Nacional* da Rede Globo e pelo *TJ Brasil* do SBT no ano de 1997, concluindo que o jornal do SBT apresentava um enquadramento de conflito, enquanto o jornal da Rede Globo somava a esse também um enquadramento moralista. Ambos os telejornais retratavam os membros do MST como indivíduos irracionais e incapazes.

As pesquisas sobre a cobertura midiática dos demais movimentos citados são mais escassas. Pegoraro (2007, p. 22) analisou o discurso jornalístico dos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* acerca do Levante de 1957, tendo concluído que “enquanto a imprensa da capital, distante do cotidiano de luta, abordava principalmente o aspecto político do conflito, a imprensa regional tomava parte direta no confronto, embora sem abandonar os seus interesses partidários”.

Diante deste cenário a pesquisa da qual esse artigo é resultado compara a cobertura jornalística do jornal *Gazeta do Povo* dos três conflitos envolvendo a luta pela terra citados anteriormente: Guerrilha de Porecatu, Levante de 1957 e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O jornal *Gazeta do Povo* foi criado em 1919 e circulou por quase um século de forma ininterrupta em todo o estado. A escolha pela *Gazeta do Povo* se deve ao fato de o jornal ter sido considerado, segundo a Associação Nacional dos Jornais, o periódico de maior circulação do Paraná, com mais de 36,3 mil exemplares impressos em 2015 – ano da última atualização oficial da ANJ. Em abril de 2017 o veículo deixou de circular diariamente e passou a ser publicado semanalmente.

O objetivo da pesquisa é aferir como os conflitos foram enquadrados, buscando identificar se houve ou não um padrão de enquadramento noticioso nos três diferentes eventos históricos. Para tanto optou-se pela adoção

dos *generic frames*, conforme propostos por Semetko e Valkenburg (2000), que classificam os enquadramentos como de conflito, de interesse humano, de consequências econômicas, de moralidade e de responsabilidade; e Iyengar (1991), que divide os enquadramentos em episódicos e genéricos.

Enquadramento noticioso

A partir das análises e pesquisas acerca de como o enquadramento atua no cotidiano, o conceito foi apropriado para se tornar uma ferramenta metodológica utilizada em pesquisas que tratam das produções midiáticas e estudo das notícias. Neste campo, Robert Entman (1993) assume um papel precursor na sistematização das análises dos *frames* jornalísticos. A já clássica citação do autor diz que

Enquadramento envolve essencialmente seleção e relevância. Para tanto é preciso selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicando, de forma a promover uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1993, p. 52, tradução nossa).

Isso significa que os “textos podem fazer algumas informações mais salientes pela colocação ou repetição” de palavras (Vimieiro e Dantas, 2009, p. 4). Dessa maneira, o enquadramento da mídia muitas vezes se manifesta pela escolha de algumas palavras-chave e imagens que reforçam uma representação particular da realidade, além da omissão de outros elementos que possam sugerir uma perspectiva diferente ou desencadear um sentimento diferente. Os estudos que partem da premissa do enquadramento são identificados, portanto, “pela análise da seleção, localização, estrutura de palavras e sentenças específicas do texto”, como resumem Maia e Vimieiro (2011, p. 238).

Pode-se afirmar que os *frames* selecionam e chamam a atenção para aspectos particulares e relevantes da realidade descrita e as pesquisas acerca dos enquadramentos midiáticos buscam, exatamente, analisar como a mídia cria e exclui determinados tipos de *frames*.

Vários fatores influenciam o enquadramento, desde as rotinas produtivas, a posição editorial dos meios de comunicação até o clima político e econômico que interferem no fazer jornalístico. Assim, como escreve

Motta (2010, p. 143), cada uma das partes envolvidas procura certa estabilidade para estarem inseridas no campo da mídia e as “verdades podem ser reciprocamente negociadas”.

Há uma diversidade de concepções teóricas sobre enquadramento midiático que dificultam encontrar uma consistência única e singular na sua operacionalização. Essas diferenças podem resultar em uma indefinição conceitual e também em uma falta de sistematização metodológica nos estudos que tratam do tema (Vimieiro e Dantas, 2009, p. 2). Uma proposta formulada pelos pesquisadores De Vreese *et al.* (2001) para sistematizar as análises a respeito do assunto é o da divisão das análises sobre enquadramento noticioso em dois grandes grupos denominados de *generic news frames* e *issue-specific news frames*. Os *issue-specific frames* possibilitam que o assunto narrado nas matérias jornalísticas analisadas tenha uma abordagem mais detalhada, pois foca nos aspectos de seleção e relevância dos temas tratados em tais matérias. Uma das propostas mais conhecidas que se adequam a essa definição é a de Entman (1993). Já com os *generic frames* não é possível captar enquadramentos peculiares do acontecimento descrito nas reportagens analisadas. Por outro lado, há uma possibilidade mais eficiente para a análise comparativa. De acordo com De Vreese *et al.* (2001, p. 109, tradução nossa), os *generic frames* “permitem comparações entre enquadramentos, tópicos e, potencialmente, enquadramentos de práticas em diferentes países”. Dado o objetivo deste artigo – comparar a cobertura da *Gazeta do Povo* acerca dos conflitos pela terra no estado do Paraná – optamos por utilizar os enquadramentos genéricos, que serão descritos a seguir.

Material e métodos

A presente pesquisa propõe comparar a cobertura jornalística da *Gazeta do Povo* em três diferentes episódios envolvendo o conflito pela posse da terra. Como recorte de análise, nas situações em que o conflito envolve mais de um ano – caso de Porecatu e também do MST – foram selecionados o ápice de cada um desses conflitos, considerando como ápice o ano em que o conflito foi mais violento, resultando assim em um maior número de mortes. Dessa forma, a análise a respeito do MST será em relação aos fatos ocorridos no ano de 1998, quando oito integrantes do movimento, segundo a Comissão da Pastoral da Terra, foram assassinados no estado – o maior número de homicídios resultantes de conflito agrário desde que o MST foi fundado. Já o estudo a respeito da

Guerrilha de Porecatu abordará os conflitos registrados em 1951, quando, segundo historiadores, a localidade estava no auge do conflito. A análise do Levante de 1957 recairá naturalmente sobre o referido ano. O recorte proposto resultou em 29 reportagens sobre a Guerrilha de Porecatu, 52 envolvendo o Levante dos Possesiros de 1957 e 213 sobre o MST.

Os critérios metodológicos adotados se embasam na proposta dos enquadramentos genéricos (*generic frames*) de Neuman *et al.* (1992) e Semetko e Valkenburg (2000). A proposta metodológica aborda cinco *frames*: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. Também será adotada a classificação de Iyengar (1991), que divide os enquadramentos entre episódicos e temáticos.

De acordo com Semetko e Valkenburg (2000), o enquadramento “conflito” enfatiza uma situação conflituosa entre indivíduos, grupos ou instituições. “Por causa da ênfase no conflito, os meios de comunicação têm sido criticados por induzir o cinismo público e desconfiança dos líderes políticos”, ressaltam as autoras (2000, p. 95, tradução nossa). Já o *frame* “interesse humano” traz, segundo elas, um ângulo humanizado e emocional de apresentação de determinado fato relatado pelo meio de comunicação. O enquadramento de “consequência econômica” corresponde a fatos ou reflexos econômicos.

O *frame* de “moralidade” aborda questões em que o fato está narrado sob um contexto de princípios religiosos ou prescrições morais: “por causa da norma profissional de objetividade, os jornalistas muitas vezes fazem referência a quadros morais indiretamente através de inferências, por exemplo, por ter alguém que levante a questão” (2000, p. 96, tradução nossa). Por fim, o enquadramento “responsabilidade” ocorre quando a reportagem atribui a responsabilidade por determinado fato para qualquer indivíduo ou grupo.

A classificação de Iyengar (1991), que divide os enquadramentos entre episódicos e temáticos, também foi utilizada. A matéria foi considerada episódica quando apenas relatava um fato, sem contextualizá-lo ou oferecer explicações detalhadas. Em contraste, o enquadramento temático apareceu nas matérias que se propuseram a abordar os temas de maneira mais contextualizada e aprofundada. “A diferença essencial entre o enquadramento episódico e temático é que o enquadramento episódico retrata acontecimentos concretos, enquanto o enquadramento temático apresenta evidências coletivas ou gerais” (1991, p. 14, tradução nossa).

Discussão dos resultados

De forma a sistematizar a discussão dos resultados em um primeiro momento será exposta a análise de enquadramento de cada um dos conflitos analisados. Posteriormente, passa-se à comparação acerca da cobertura entre os três acontecimentos. Com isso, objetiva-se perceber como as perspectivas jornalísticas foram se alterando no decorrer das décadas e se a relação entre os poderes políticos vigentes influenciaram na construção das notícias. A pesquisa também poderá trazer contribuições no sentido de demonstrar o papel do jornalismo como contribuição para se entender a história local e/ou regional. Como escrevem Ribeiro e Brasiense (2007, p. 222), os meios de comunicação “são hoje os principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvar”. Não se deve, portanto, negligenciar os papéis que os jornais desenvolveram no processo de construção social.

Guerrilha de Porecatu

Nas 29 reportagens publicadas pela *Gazeta do Povo*, em 1951, acerca dos acontecimentos envolvendo a Guerrilha de Porecatu, dois enquadramentos tiveram maior preponderância: responsabilidade e conflito. No total, 16 matérias jornalísticas se enquadraram no *frame* responsabilidade – o que significa 55% de todas as reportagens. O enquadramento conflito corresponde a 12 matérias, ou seja, 41% do total. Apenas uma reportagem se insere no *frame* consequências econômicas e nenhuma se adequa aos enquadramentos de moralidade ou interesse humano, como pode ser visto no Gráfico 1.

Nenhuma matéria contém qualquer mensagem moral e nem oferece prescrições específicas sobre o acontecimento. Ainda, nenhuma das 29 matérias teve como foco indivíduos e grupos afetados pelo conflito, sem criar relações com a vida cotidiana dos cidadãos, o que tende a levar a um distanciamento dos atores envolvidos para com o público leitor da *Gazeta do Povo*.

A única reportagem que se adequa ao *frame* consequências econômicas é uma matéria, sem assinatura, veiculada no dia 20 de junho de 1951 sob o título “Ameaça à estrutura econômica nacional”, que começa na primeira página, com continuação na página 5. A matéria enfatiza

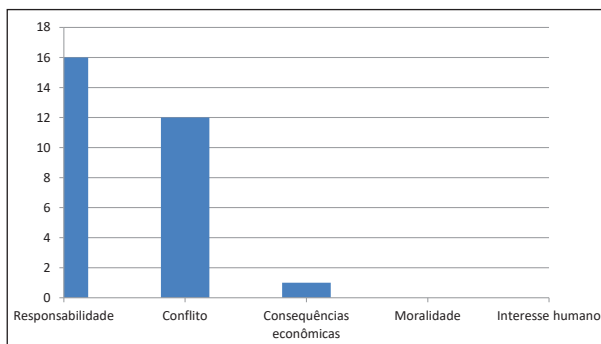


Gráfico 1. Porecatu sob a análise dos enquadramentos genéricos.

Graph 1. Porecatu under the analysis of the generic frames.

que a guerrilha que transcorria na região estava “visando a região norte do Paraná, cujo valor econômico não tem igual [...] é realmente uma séria ameaça àquilo sobre que repousa a estrutura econômica nacional”.

O enquadramento conflito, por sua vez, aparece principalmente quando o foco da reportagem é a descrição do conflito em si e também as disputas ideológicas que faziam parte daquele cenário. A reportagem com o título “Levante Comunista no Norte do Estado”, publicada na página 8 do dia 14 de junho de 1951, afirma que “30 soldados armados com bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras partiram [...] com destino a Londrina e Porecatu a fim de dar combate à horda comunista que tenta sublevar as populações rurais alegando que estão sendo espoliados pelo governo do Estado” [...] “Os vermelhos usam metralhadora e adotam a mesma tática de guerrilha”.

Também se adequa a este enquadramento a reportagem “Ação militar na Coreia Brasileira”, escrita pelo jornalista e enviado especial Bacilla Neto. A matéria foi publicada dia 24 de junho, na página 8 (contracapa), com continuação na página 5 – essa era uma prática comum naquela época: a contracapa funcionava como uma segunda capa e algumas matérias tinham continuidade no miolo do jornal.

A matéria relata a rotina dos conflitos na região de Porecatu e também as ações dos policiais militares na localidade. Em texto escrito em primeira pessoa, o repórter aponta que a “ação comunista, pelo que vimos, é um fato”. O repórter não apenas afirma que a região é alvo de uma ação comunista como omite informações. Ao descrever as ações militares, o jornalista apenas aponta que cinco soldados foram mortos. Mas não menciona

posseiros assassinados ou feridos. Em outro trecho aponta que há “tensão dos soldados”, que estavam tendo uma alimentação precária e dormindo em “más acomodações”.

O *frame* que mais aparece, responsabilidade, está relacionado às reportagens que responsabilizam a falta de ação da Comissão de Terras do governo estadual para o desencadeamento da Guerrilha de Porecatu e também a ações que o governo tomou para tentar resolver o impasse. Uma matéria que exemplifica essa situação é a “Inquietação no Norte do Estado”, veiculada no dia 17 de junho, na página 8. A matéria não possui assinatura. Segundo o texto, “a atuação irregular da Comissão nomeada para resolver quanto às questões de terra criou perigosa situação na região”. [...] A atuação da comissão é do arco da velha”. Em outro trecho a reportagem aponta que a comissão era formada por pessoas “residentes na capital e ignorantes do que ocorria na região”. A matéria ainda aponta que a “comissão não sai de Londrina receosa de visitar a região em disputa”. [...] Alguns são vistos à noite, divertindo-se com a vida noturna da cidade”.

Essa reportagem fornece elementos de como a *Gazeta do Povo* fazia oposição ao então governador Bento Munhoz da Rocha, adversário político de Moysés Lupion – que, vale lembrar, era um dos acionistas do jornal. Atacar a Comissão de Terras seria uma forma de atacar Munhoz da Rocha, já que tal comissão foi nomeada pelo próprio governo em abril de 1951 especificamente para analisar os acontecimentos na região de Porecatu.

Em relação à classificação dos textos jornalísticos sob a ótica de Iyengar, entre episódicos e temáticos, houve a prevalência do primeiro sobre o segundo, como mostra o Gráfico 2.

Apenas quatro matérias trataram o assunto sob o enquadramento temático. As outras 25 trataram o assunto como algo episódico, sem qualquer abordagem contextualizada. Essa predominância retrata um jornalismo completamente voltado aos acontecimentos pontuais.

O enquadramento temático foi percebido nas reportagens em que o jornal procurou contextualizar o fato e também trazer repercussões com atores políticos envolvidos no assunto. Uma dessas reportagens foi escrita pelo correspondente Bacilla Neto com o título “Aglomeramento que a posse de terra criou” (*Gazeta do Povo*, 1951a), do dia 26 de junho. A matéria elenca ao menos dois tópicos explicando as motivações do conflito: “Quem tem direito a terra?” e “Quem deu origem a esse estado de coisas” em que procura ampliar a discussão acerca do assunto.

Outra leva o título “Declaro a minha formal repulsa a essa manobra política” (*Gazeta do Povo*, 1951b),

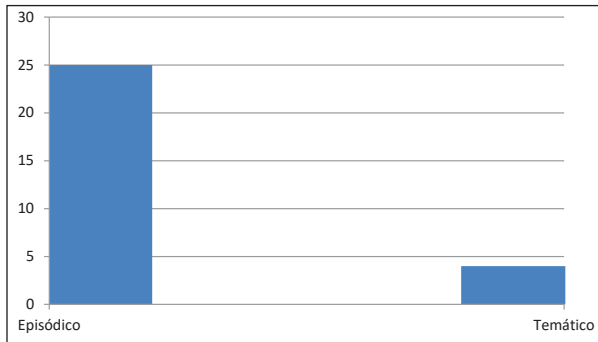


Gráfico 2. Porecatu entre episódico e temático.
Graph 2. Porecatu between episodic and thematic.

publicada em sete de julho, em que o jornal traz uma reportagem que foca na opinião de Júlio Rocha Xavier, então presidente da Assembleia Legislativa do Paraná. Na reportagem, ele diverge da ação do governo: para Xavier, a expedição militar foi enviada “para despejar posseiros desprotegidos das terras que há vários anos ocupam e tornam produtivas para entregá-las a políticos e latifundiários – sob o falso pretexto de combate ao comunismo – além de consubstanciar profunda injustiça social e evidente invasão de poderes constitucionais do judiciário”.

Levante de 1957

A cobertura referente ao Levante de 1957 realizada pela *Gazeta do Povo* totalizou 52 matérias, sendo que os enquadramentos definidos como “conflito” e “responsabilidade” apareceram mais vezes: 23 reportagens se enquadraram em cada um desses frames. Cinco matérias apareceram como “interesse humano” e apenas uma como “consequências econômicas”. Nenhum texto ofereceu prescrições morais sobre o assunto. O resultado da análise pode ser verificado no Gráfico 3.

Ao contrário da análise referente à cobertura sobre a Guerrilha de Porecatu, as reportagens que dizem respeito ao Levante de 1957 trouxeram em cinco oportunidades o frame “interesse humano”, sinalizando que tais matérias tiveram como enfoque as ações dos indivíduos e grupos envolvidos neste conflito. Um desses exemplos é a matéria publicada na primeira página do dia 28 de setembro do referido ano com o título “Voltaram os colonos às suas tarefas pacíficas”.

A matéria foca em como estaria o dia-a-dia dos colonos na região Sudoeste do Paraná, abordando que eles

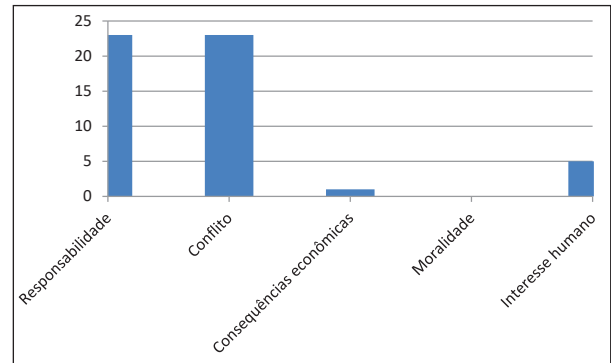


Gráfico 3. Levante sob a análise dos enquadramentos genéricos.
Graph 3. ‘Levante’ under an analysis of the generic frame.

estariam retornando às corriqueiras atividades agrícolas. Além disso, também aponta que os fatos registrados na região estariam sendo utilizados para atacar o governador Moysés Lupion, como atesta este trecho da matéria: “Os adversários de sr. Moysés Lupion exploram os fatos, ampliando-os para impressionar as autoridades federais e a opinião pública do país”. Aí novamente residem os interesses políticos do próprio meio de comunicação, haja vista que neste período o ex-governador permanecia como acionista da *Gazeta do Povo*.

A única reportagem que corresponde ao frame “consequências econômicas” foi veiculada no dia 24 de outubro com o título “Aspectos econômicos dos fatos ocorridos no Sudoeste”. A matéria relata os riscos de uma eventual mudança da produção agrícola em virtude do Levante dos Posseiros, o que é classificado como “grave perigo”: “grupos humanos vindos do Sul poderão diminuir seus volumes migratórios”, o que, no entender da reportagem, colocaria em risco a expansão das lavouras no estado.

O enquadramento “conflito” pode ser visto em, basicamente, duas situações. Ora caracterizando um conflito entre o governo e os posseiros, ora como conflito entre oposição política e governo. Na matéria do dia 15 de setembro de 1957 da *Gazeta do Povo*, sob o título “Tocaia armada em município do Oeste do Paraná”, publicada como manchete na primeira dobra da contracapa do primeiro caderno, trata de um suposto ato dos colonos no dia anterior que culminou com seis pessoas mortas. No entanto, o jornal não contextualizou todo o evento histórico que motivou a ação dos posseiros.

A reportagem, em tom de acusação, afirma que um “bando armado de posseiros foi o responsável por essa tragédia”. A única fonte ouvida foi, mais uma vez,

o então chefe de Polícia do Estado, Pinheiro Júnior, que também era um dos diretores da própria *Gazeta do Povo*. A única menção a uma contextualização, ainda que vaga e parcial dos fatos, está na própria afirmação da fonte oficial, Pinheiro Júnior, que sugeriu “às companhias de terra a diminuir a venda dos lotes até se resolver o litígio da área”. Em seguida, a reportagem afirma que “as companhias vendem lotes aos lavradores”, mas “há reação dos posseiros na aquisição das terras e aponta uma razão política: “partidos (estão) desaconselhando a aquisição”.

Por último, o *frame* responsabilidade corresponde, neste caso, a reportagens que apontam o governo como responsável por determinado ato; ou responsabiliza os colonos pelo Levante de 1957; ou ainda coloca o governo federal, o Congresso ou o Poder Judiciário como responsáveis por resolver o impasse.

Uma das matérias que corresponde a este enquadramento foi a do dia 26 de setembro, em que o jornal publicou uma notícia na capa sob o título “Retorna à tranquilidade o Sudoeste Paranaense”. Com nova entrevista do chefe de Polícia do Estado, Pinheiro Júnior, a matéria diz que os grupos armados na região foram desfeitos. Na entrevista, o delegado diz que funcionários das companhias de terra foram retirados da região. A matéria, portanto, aponta que o governo teria atuado para estabelecer a paz na localidade.

No dia 9 de outubro os levantes no Sudoeste ficaram mais intensos. Nessa data, uma nova manchete, com continuação na página sete do jornal – ocupando praticamente toda página – abordou uma coletiva concedida por Lupion e pelo senador Gaspar Veloso. O título foi “O alvo visado não é o governador do Estado”. O então governador disse que caberia ao Supremo Tribunal Federal decidir: “Se o Estado vencer o pleito (no STF) irá exercitá-lo de acordo com sua própria legislação [...]”. Se forem as empresas particulares, só resta ao Estado, se for para tranquilizar a situação dos posseiros, nesse caso eles seriam os intrusos, o recurso de desapropriar as terras para poder colonizar”. Em nenhum momento, algum representante dos posseiros foi ouvido para repercutir tal afirmação.

Em relação à classificação dos textos jornalísticos sob a ótica de Iyengar, entre episódicos e temáticos, houve a prevalência do primeiro, como mostra a seguir o Gráfico 4.

A maioria dos assuntos tratados era abordada mais factualmente, o que é característica inerente ao meio de comunicação analisado – jornal diário. Também não se pode desconsiderar que a própria rotina de produção

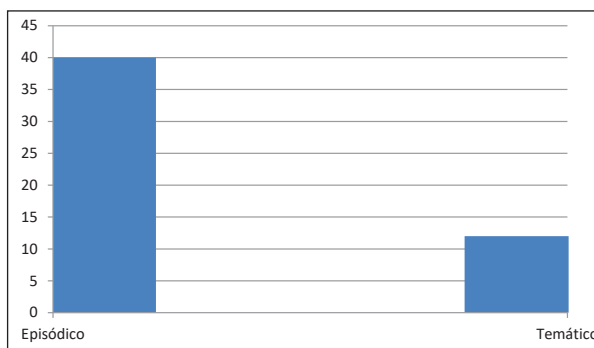


Gráfico 4. Levante entre episódico e temático.

Graph 4. ‘Levante’ between episodic and thematic.

tende a refletir no baixo índice de matérias mais amplas e contextualizadas. Com os prazos curtos, nem sempre há tempo para uma apuração mais detalhada e isso está diretamente ligado ao processo de institucionalização das práticas jornalísticas que recaem na adoção de normas próprias de apuração. Com isso, a profundidade do discurso tende a ser afetada.

Nas matérias temáticas, destacam-se, na maior parte das vezes, reportagens baseadas em discursos de parlamentares que visavam explicar os fatos ou nas oratórias de deputados que procuram contextualizar os acontecimentos no Sudoeste do Paraná. Como é o caso da matéria “Não desfruta de autoridade quem não se opôs às violências e arbitrariedades” (*Gazeta do Povo*, 1957a), publicada no dia 14 de agosto.

A matéria é baseada em uma oratória do então deputado Cândido Machado de Oliveira sobre os eventos na região. Ele relata, segundo sua visão, os motivos e razões que estavam levando ao confronto no campo. No discurso, o então parlamentar se refere aos supostos corretores das companhias de terra e não em jagunços, como a história apregoa: “Muitos desses corretores, homens estranhos àquela região, vindos não se sabe da onde, vinham forçando os colonos a assinarem contratos de compras de terra que estavam sob sua posse. Essa violência atribuiu-se ao fato de quererem tais corretores fazer jus aos 6% da comissão”. Essa reportagem, mesmo que apresente um viés contrário aos posseiros, contextualiza os fatos registrados no Sudoeste, como a instalação dos escritórios das companhias de terra e ainda apregoa que a disputa das terras estava em litígio.

Já as reportagens episódicas focaram em eventos factuais, sem avançar no debate sobre as consequências e motivos dos fatos publicados. Para exemplificar, podem

ser citadas “Normalidade na situação do sudoeste paranaense” (*Gazeta do Povo*, 1957b), do dia 17 de outubro e “Nenhum atrito na região sudoeste paranaense” (*Gazeta do Povo*, 1957c), do dia 25 de outubro. Ambas narram a visão governista de que a localidade estava sem conflitos, mas sem avançar nas causas e implicações dos eventos registrados.

MST versus Lerner e UDR

A pesquisa acerca da cobertura referente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no ano de 1998 resultou em 213 matérias sobre o assunto. Do total de reportagens, a maior parte tratou o assunto a partir do enquadramento conflito – 94 ao todo. O *frame* que aparece em seguida é o de responsabilidade, com 72 inserções. Moralidade, mais uma vez, não surge em momento algum. Já o enquadramento interesse humano aparece em 42 oportunidades e consequências econômicas em outras cinco, como aponta o Gráfico 5.

O *frame* conflito surge basicamente quando a matéria coloca os protagonistas do texto um contra o outro e, na maior parte das vezes, isso ocorre quando há disputas entre o MST e o governo estadual, que na época tinha como governador Jaime Lerner (ex-PFL). Um dos textos identificados como conflito é a matéria do dia 30 de janeiro, publicada na página 40 sob o título “Duas sem terra denunciam acampamento”. Neste caso específico a matéria mostra um conflito interno no próprio movimento, como pode ser demonstrado pela citação a seguir: “As sem terra Rosa Castro dos Santos, 35 anos, e Maristela Gonçalves da Cruz, 23 anos, deixaram no último final de semana o acampamento da Fazenda São Pedro, em

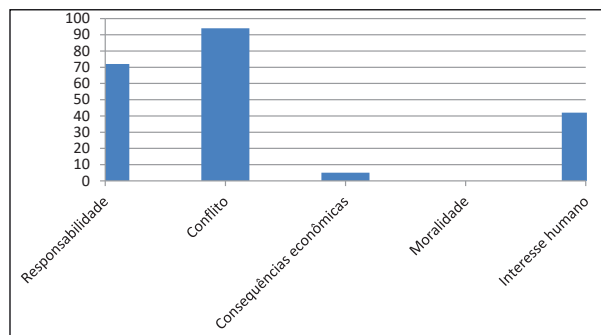


Gráfico 5. MST sob a análise dos enquadramentos genéricos.

Graph 5. MST under analysis of the generic frame.

Querência do Norte, Noroeste do estado, denunciando irregularidades praticadas pelo MST”. No texto, elas alegam que os integrantes do acampamento “retêm os documentos pessoais” e “entre as demais denúncias estão que nenhuma criança do acampamento vai para a escola”. Segundo a publicação, o MST rebate a afirmação através de entrevista com o então coordenador estadual do movimento, Nildemar da Silva, que afirma que as denúncias não procedem e são levianas.

Situações de combate no campo também foram enquadradas como conflito, como pode ser exemplificado pela reportagem “Dois sem terra são mortos em conflito agrário”, do dia 28 de novembro. O texto diz: “Dezenas de pessoas ficaram feridas no confronto entre sem terras e seguranças. Em Laranjal [...], o jovem José Rodrigues foi morto com arma de fogo”. A outra morte, citada pela reportagem, foi em Querência do Norte, em que o lavrador Sétimo Garibaldi, de 51 anos, foi morto com um tiro pelas costas.

O enquadramento responsabilidade, segundo de maior incidência, coloca, geralmente, algum órgão ou entidade, o governo, o Poder Judiciário, a UDR e o MST como responsáveis por determinado ato relatado na reportagem. Do total de 72 reportagens a partir deste *frame*, a maioria responsabiliza o MST (22 vezes), seguido pelo Incra (20 vezes) e os governos municipais ou estadual aparecem em terceiro (19 vezes). O Poder Judiciário é tratado como responsável pelos atos em oito oportunidades, a UDR em apenas duas e a Pastoral da Terra em uma.

Ou seja, na maioria das vezes o jornal procurou atribuir a responsabilidade pelos atos registrados ao MST ou ao Incra. Esse fato pode ser apontado na matéria “Incra assentará mais de 2 mil famílias no PR”, do dia 4 de janeiro, na qual denota que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estaria assumindo um compromisso de tentar atender às demandas para pacificar os conflitos no campo, e teria, conseqüentemente, uma responsabilidade sobre onde seria possível assentar os integrantes do Movimento dos Sem Terra.

O MST foi responsabilizado em matérias que colocavam sob sua culpa eventos que poderiam trazer transtornos à população, como na matéria “MST nega organização de saques a supermercados” (*Gazeta do Povo*, 1998), veiculada na página 18 do dia 20 de maio. O movimento, por meio do seu porta-voz, o então diretor do MST no estado, Roberto Baggio, afirmou que o assunto era boato.

Inserir os dois órgãos que, em tese, lutam pela reforma agrária como os principais responsáveis ou

culpados pelos fatos narrados transmite a visão de que o jornal seria contrário a essa política pública, haja vista que cobrar somente o Incra, por exemplo, faz com que o jornal não cobre com o mesmo peso o governo estadual para resolver os conflitos no campo. Ao passo que responsabilizar o MST gera uma visão tendenciosa, que, em geral, criminaliza o movimento e o coloca contra os anseios do restante da sociedade. Todavia, em nem todas as reportagens a responsabilidade tem um viés negativo.

Em uma matéria o MST é responsabilizado por investir na educação dos filhos dos integrantes do movimento. A reportagem “Investindo no futuro das gerações”, do dia 28 de junho, traz a informação de que “um dos grandes investimentos do MST hoje é a educação. A busca pelo conhecimento é priorizada nos assentamentos seja através da estruturação de escolas ou nos grupos de formação que reúnem todos os trabalhadores”.

Já Poder Judiciário é responsabilizado quando assume a tarefa de determinar reintegrações de posse, como pode ser constatado na reportagem “Fazenda Esperança novamente ocupada pelo MST”, de 7 de janeiro: “O proprietário da Fazenda Esperança, Antônio Germano Wünsche, espera que a justiça determine ainda esta semana a manutenção da liminar de reintegração da posse de área, ocorrida em setembro de 1997”, diz o texto. A única menção ao MST está no trecho “os invasores dizem que dessa vez não vão sair da área”. Vale apenas salientar o termo “invasores”, publicado pelo jornal, que vai ao encontro da seleção de palavras que reforçam uma representação da realidade, podendo transmitir uma imagem negativa dos integrantes do MST.

Os governos, em especial o estadual, são considerados responsáveis quando procuram atuar para solucionar os conflitos envolvendo o MST, como na matéria do dia 10 de fevereiro, que ganhou o título “Governo promete punir pistoleiros”. A reportagem coloca o governo do Paraná como um dos atores responsáveis pela investigação do caso reportado: “O governador Jaime Lerner condenou, ontem, a ação dos pistoleiros nas fazendas Santo Ângelo e Boa Sorte, no Noroeste do Estado, que culminou com a morte do agricultor Sebastião Camargo [...]. Ele promete responsabilizar todos os culpados”.

Uma reportagem, considerada um ponto fora da curva ao longo da cobertura, é a do dia 23 de setembro: “PR deixa de investir R\$ 10 mi em reforma agrária”. Segundo os resultados da pesquisa essa é a única que responsabiliza o governo do estado por não aplicar verbas suficientes no setor: “Esse valor que fazia parte da fatia orçamentária para o estado não foi utilizada e por isso voltou ao governo federal”. De modo geral, o governo é

tratado com um viés de “salvador da pátria”, como pode ser exemplificado na matéria “Copel e Sanepar garante luz e água para o MST”, do dia 08 de setembro, e “Hospital Regional de Cascavel atende sem-terras”, do dia 13 de agosto. Todas essas instituições pertencem integral ou parcialmente ao governo do estado.

Já o enquadramento de interesse humano foi verificado em matérias que focavam nos personagens ou em ações promovidas pelos movimentos que envolvessem a participação de integrantes das entidades citadas nas reportagens. Um exemplo é a matéria do dia 4 de março que levou o título “Sem terra pede demarcação de lotes e faz manifestação”. A matéria relata o ato dos manifestantes e não explicita nenhum tipo de confronto ou de oposição.

No dia 28 de junho a *Gazeta do Povo* publicou uma série de reportagens especiais sobre o MST no hoje extinto caderno “Domingo Especial”. Nelas o foco humano prevaleceu, como nos textos “Ciganos do século 20”, que conta a saga do movimento e de quem o integra e “Brasiguaios aumentam ligação com os sem terra”, que teve como foco a biografia de um agricultor *brasiguai* identificado como Vitório Zoz, de 51 anos: “A história de Zoz é apenas a ponta de um drama que atinge milhares de agricultores”.

Por fim, somente cinco abordaram a luta pelo direito à terra por um viés econômico, como a matéria do dia 18 de março “Os sem terra invadem Receita”. Apesar de o foco do texto ser a ocupação do MST, a maior parte do texto se dedica aos trâmites econômicos reivindicados pelo próprio movimento: “[os manifestantes] pediram audiência para negociação econômica, como prorrogação para dois anos de todos os contratos de investimento das cooperativas e dos assentados, ampliação para 20% dos fundos constitucionais destinados ao Proterra e garantia do orçamento da União de R\$ 620 milhões”.

Em relação à classificação dos textos jornalísticos sob a ótica de Iyengar, entre episódicos e temáticos, mais uma vez o primeiro prevaleceu sobre o segundo, como aponta o Gráfico 6.

As matérias identificadas como temáticas encontram-se em entrevistas com especialistas ou envolvidos no assunto e em reportagens que trazem levantamentos sobre ocupações no campo. No caderno especial publicado no dia 28 de junho pela *Gazeta do Povo* as quatro reportagens se enquadram de maneira temática por abordarem o assunto de uma maneira contextualizada. Uma delas, “Paraná tem 75 mil assentados”, contextualiza como estava a situação sobre a luta pela terra e das consequências negativas que o impasse sobre a reforma agrária poderia

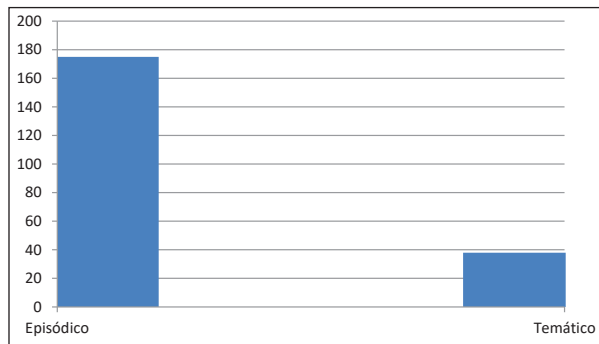


Gráfico 6. MST entre episódico e temático.
Graph 6. MST between episodic and thematic.

provocar no estado e também mostra as reivindicações dos fazendeiros e dos integrantes do MST: “a luta pela posse de terra ameaça transformar o Paraná em um barril de pólvora [...]. De um lado, uma massa de 75 mil pessoas ocupa atualmente assentamentos e áreas invadidas. Do outro, fazendeiros ameaçam recorrer a grupos armados para defender suas propriedades”.

Diferenças e semelhanças entre as coberturas

Comparando as três coberturas jornalísticas – Guerrilha de Porecatu, Levante de 1957 e MST – é possível afirmar que os enquadramentos responsabilidade e conflito predominaram. O enquadramento conflito surge de uma maneira muito parecida nas três situações: 41,3% dos casos na Guerrilha Porecatu, 44,2% no Levante de 1957 e 44,1% no Movimento dos Sem-Terra. Isso indica que o jornal se prendeu mais aos eventos conflituosos dos acontecimentos em todas as situações, abordando o assunto com uma visão maniqueísta, tratando a luta pela posse de terra como uma disputa entre o bem e o mal.

Da mesma forma, o *frame* responsabilidade aparece com grande incidência nos três casos. Este enquadramento prevalece durante a cobertura da Guerrilha de Porecatu e figura como o segundo mais frequente durante a cobertura do MST e do Levante de 1957.

A ausência, nas três coberturas, do enquadramento moralidade indica que em nenhum momento quaisquer das reportagens analisadas continham alguma mensagem moral, fizesse referência à moralidade, ética ou princípio religioso e nem oferecesse prescrições sociais especiais de como os indivíduos deveriam se comportar.

O *frame* interesse humano, ausente na cobertura de Porecatu, mostrou-se presente nas reportagens que trataram do Levante de 1957, com 9,6%, e nas do MST, com quase 20%. O aumento do índice deste enquadramento indica que, no decorrer das décadas, o jornal procurou mostrar histórias de vida que aproximassem os assuntos tratados do público-leitor. Por meio do relato dos personagens, algumas realidades, que ficam ausentes no discurso oficial, podem se mostrar pertinentes para ser propaladas pelo jornal, o que ampliaria o conhecimento da sociedade acerca do assunto retratado nas reportagens.

Já as consequências econômicas surgem em menos de 4% em todas as coberturas pesquisadas. Embora o próprio tema “disputa pela terra” corresponda – de uma maneira ou outra – a um assunto econômico, este *frame* pouco aparece. As poucas reportagens que tratam do assunto ficam restritas ao impacto das ações no mercado formal e não se discute, por exemplo, as implicações da falta de terra para a população e quais seriam as consequências deste fato para a sociedade. A cobertura que trata deste tema mostra-se muito presa aos discursos oficiais nas três coberturas.

Por fim, percebe-se que nos três episódios analisados houve a predominância do enquadramento episódico sobre o temático. Uma possível explicação para tal constatação se deve ao fato de que a maioria dos assuntos tratados era abordada mais factualmente, o que é característica inerente ao meio de comunicação analisado – jornal diário. Também não se pode desconsiderar que a própria rotina de produção tende a refletir no baixo índice de matérias mais amplas e contextualizadas, que estariam inseridas no *frame* temático.

Considerações finais

Através da análise exposta neste artigo é possível perceber que a cobertura noticiosa, levando em conta o intervalo de tempo entre os movimentos, sofreu pouca alteração. Os mesmos artificios foram utilizados nas três coberturas, tratando ora com naturalidade os conflitos no campo, ora criminalizando aqueles que lutam pelo direito à terra. Há a prevalência de reportagens episódicas que focam na responsabilidade de alguém ou de algum movimento e em eventos conflituosos. O que se percebe é um processo de naturalização da construção noticiosa.

Para elucidar tais afirmações, vale rememorar que em 1951, quando se registrou o ápice da Guerrilha de Porecatu. Um dos acionistas da *Gazeta do Povo* era o ex-governador Moysés Lupion, adversário do então go-

vernador Bento Munhoz da Rocha. O jornal não poderia defender as ações dos posseiros na região, mas também não poderia defender as ações do governo para resolver os conflitos de terra. Qualquer uma das alternativas feria os interesses de Lupion. Era uma linha tênue de um processo político complexo. O jornal optou, assim, por se posicionar contrário às ações de “guerrilha” dos posseiros – ou como a *Gazeta* escrevia, “vermelhos” ou “comunistas”. O próprio uso dos termos era uma das maneiras para criminalizar o movimento. Mas ao mesmo tempo criticava as ações desenvolvidas pela Comissão de Terras, órgão do governo ao qual o jornal fazia oposição política.

No caso da cobertura do MST, em relação ao ano de 1998, as relações políticas não eram explícitas. Todavia, a lógica de criminalização do movimento social se manteve presente, com a publicação, por exemplo, de matérias focando brigas internas do MST a fim de deslegitimar o movimento. Também responsabilizava o movimento nos conflitos, destacando que as ocupações das fazendas foram provocadas pelos sem terra e essas seriam as causas dos conflitos. Por outro lado, destacava positivamente ações de órgãos governamentais, como hospitais estaduais, por atenderem crianças de acampamentos doentes.

Os meios de comunicação exercem papel preponderante para a formação da opinião pública. Para tanto, é essencial (re)pensar a forma como as rotinas produtivas estão sendo adotadas nas redações. É evidente que os veículos possuem linhas editoriais ideológicas e políticas. Não se pode ignorar que a objetividade jornalística jamais será alcançada, pois além do norteamo político, as reportagens veiculadas representam apenas uma visão parcial de um fato global. É necessário, porém, que os paradigmas éticos e deontológicos da profissão sejam devidamente respeitados para que outros lados de uma mesma história possam ganhar visibilidade nas páginas dos jornais.

Referências

- ALDÉ, A.; LATTMAN-WELTMAN, F. 2000. O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso “estado de natureza”. *Revista Contracampo*, 5:89-110. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i05.455>
- BEM, A.S. do. 2006. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista Educação & Sociedade*, 27(97):1137-1157. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000400004>
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. [s.d.]. Histórico de assassinatos. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/5-assassinatos?start=10>. Acesso em: 16/11/2016.
- DE VREESE, C.H.; PETER, J.; SEMETKO, H. 2001. Framing Politics at the Launch of the Euro: A Cross-National Comparative Study of *Frames* in the News. *Political Communication*, 18(2):107-122. <https://doi.org/10.1080/105846001750322934>
- ENTMAN, R. 1993. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4). <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- GONÇALVES, E.R. de L. 2008. *Mídia e movimentos sociais: a representação do MST na Revista IstoÉ*. Salvador, BA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 193 p.
- GUARESCHI, P.A. et al. 2000. “Essa gentalha infeliz”: a representação social dos sem terra segundo Mendesli. In: P.A. GUARESCHI (org.), *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis, Vozes, p. 199-231.
- IYENGAR, S. 1991. *Is Anyone Responsible? How television frames political issues*. Chicago, The University of Chicago Press, 206 p. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226388533.001.0001>
- MAIA, R.; VIMIEIRO, A.C. 2011. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista FAMECOS: Mídia, Cultura e Tecnologia*, 18(1):235-252.
- MENDONÇA, M. 2005. O MST na mídia. Biblioteca mídia e movimentos sociais. Disponível em: www.mst.org.br/biblioteca/textos/midia/mstnamidia Acesso em: 08/06/2016.
- MOTTA, L.G. 2010. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar narrativamente os conflitos políticos. In: L.F. MIGUEL; F. BIROLI (orgs.), *Mídia, representação e democracia*. São Paulo, Hucitec, p. 137-151.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. [s.d.]. Nossa História. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 08/08/2016.
- NEUMAN, W.R.; JUST, M.; CRIGLER, A. 1992. *Common Knowledge: news and the construction of political meaning*. Chicago, The University of Chicago Press, 190 p
- PEGORARO, É. 2007. *Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Niterói, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 243 p.
- RIBEIRO, A.P.G.; BRASILIENSE, D.R. 2007. Memória e narrativa jornalística. In: A.P.G. RIBEIRO; L.M.A. FERREIRA (orgs.), *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro, Mauad X.
- SEMETKO, H.A.; VALKENBURG, P.M. 2000. Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News. *Journal of Communication*, 50(2):93-109. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02843.x>

SOUZA, E.F. 2004. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 156 p.

VIMIEIRO, A.C.; DANTAS, M. 2009. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora*, **3**(2):1-16.

Fontes primárias

GAZETA DO POVO. 1951a. Aglomeração que a posse de terra criou, 26 de jun.

GAZETA DO POVO. 1951b. Declaro a minha formal repulsa

a essa manobra política, 07 de jul.

GAZETA DO POVO. 1957a. Não desfruta de autoridade quem não se opôs às violências e arbitrariedades, 14 de ago.

GAZETA DO POVO. 1957b. Normalidade na situação do sudoeste paranaense, 17 de out.

GAZETA DO POVO. 1957c. Nenhum atrito na região sudoeste paranaense, 25 de out.

GAZETA DO POVO. 1998. MST nega organização de saques a supermercados, 20 de maio.

Submetido: 30/10/2017

Aceito: 13/06/2018